



***Desafios para as
políticas de ciência
aberta na
Ibero-América:
redes, repositórios e
multilinguismo***



*Simone Belli, Rubén Díez,
María Luisa Ramos, Jorge Resina,
Marta Romero Delgado*

OEI



Esta publicação insere-se no projeto "Ciência Plurilingue" da Direção-Geral de Multilinguismo e Promoção das Línguas Portuguesa e Espanhola da OEI e é o resultado da Conferência "Desafios para as políticas de ciência aberta na Ibero-América: redes, repositórios e multilinguismo", realizada na Universidad Complutense de Madrid no dia 15 de dezembro de 2022.

As opiniões expressas neste documento são da exclusiva responsabilidade dos autores. Os editores e patrocinadores desta obra não participaram na sua elaboração e os seus pontos de vista não correspondem necessariamente aos refletidos nas diferentes secções desta obra.

Título: Desafios para as políticas de ciência aberta na Ibero-América: redes, repositórios e multilinguismo

Autores: Simone Belli, Rubén Díez, María Luisa Ramos, Jorge Resina, Marta Romero Delgado

Instituição colaboradora: Universidad Complutense de Madrid

© Organización de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI)
Bravo Murillo, 38
28015 Madrid, Espanha
<http://www.oei.es>

Secretário-Geral: Mariano Jabonero

Direção-Geral de Multilinguismo e Promoção da Língua Portuguesa e Espanhola: Ana Paula Laborinho

Coordenação: Mónica García

Apoio técnico: Rut Sánchez

Editado em julho de 2023

Edição e apresentação: OEI

Introdução

Os critérios de avaliação científica desenvolvidos a partir de modelos aplicados às revistas científicas configuram um quadro amplo, complexo, diversificado e nem sempre suficientemente transparente para a circulação do conhecimento. Um modelo monolíngue centrado no domínio do inglês e um sistema competitivo e quantitativo prevalecem na avaliação científica.

Em resposta a esta situação, tem sido desenvolvido, nas últimas décadas, um sistema que visa enfrentar este modelo e os novos desafios, propondo um acesso aberto e não comercial ao conhecimento científico, com ênfase em questões e temas que têm como objetivo alcançar elevados níveis de bem-estar social e desenvolvimento (Minniti, Santoro e Belli, 2018).

Numerosos fóruns e redes estão já a trabalhar nesta direção para propiciar uma mudança para a ciência e o acesso abertos e para disponibilizar, aos utilizadores, ferramentas simples e económicas que facilitem a produção e a difusão da informação científica. Este trabalho permitiria também, aos próprios cientistas, produzir e partilhar nas suas próprias línguas maternas.

Entretanto, para além dos repositórios de acesso aberto como Scielo, Latindex e Redalyc, muitas instituições de ensino superior estão a criar os seus próprios repositórios para abrigar a produção dos seus investigadores (trabalhos académicos, teses de doutoramento, versões anteriores de artigos, etc.) e torná-la diretamente acessível a outros cientistas, como La Referencia, Red Clara ou AmeLICA.

Por outro lado, estão a ser feitos progressos no sentido de garantir que as instituições científicas com financiamento público não tenham de pagar pelo acesso aos resultados da investigação que produzem e fornecem, gratuitamente, às revistas científicas – principalmente comerciais – para que lhes proporcionem retornos sob a forma de índices globais de difusão e impacto.

Esta linha de atuação permitiria traçar ações que promovam a produção e difusão científica em acesso aberto na língua materna, independentemente do que seja produzido em inglês, em conformidade com o trabalho realizado pela OEI no seu relatório "[O português e o espanhol na ciência: notas para um conhecimento diverso e acessível](#)" (Badillo, 2021).

Este texto tem como objetivo estabelecer um guia para a colaboração no domínio da cooperação internacional nas línguas espanhola e portuguesa¹, bem como criar um diálogo entre os atores-chave nestes cenários² para debater a partir da seguinte questão: o que o impacto científico e social da Ciência significa na Ibero-América?

Por esta razão, consideramos prioritário refletir sobre os seguintes pontos:

1. O acesso aberto através de repositórios científicos em espanhol e português.
2. O intercâmbio e a difusão do conhecimento através de redes de cooperação em espanhol e português.
3. A análise do impacto social da produção científica ibero-americana, especialmente no campo das Ciências Sociais e Humanas, tendo em conta a dimensão multilingue.

¹ Este texto resulta do evento "Desafios para as políticas de ciência aberta na Ibero-América: redes, repositório e multilinguismo", realizado na Universidade Complutense de Madrid, em 15 de dezembro de 2022, para estabelecer as bases de colaboração entre a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e a Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Complutense de Madrid neste domínio. Mais informações: <https://www.youtube.com/watch?v=wfi-j4zwsOM&list=PLo5bKz1SPdKC8uf8DsmIpdLhbpdQkMX9Z>

² Gostaríamos de agradecer aos especialistas internacionais que participaram desta conferência: Ana Paula Laborinho, Esther Del Campo, Ana Capilla Casco, Dámaso López García, Cristian López, Pilar Rico, Eloy Rodrigues, Rodolfo Barrere, Emy Diaz Erazo, Guillermo Anlló, Elea Giménez, Javier Romano, Ángel Badillo, Bianca Amaro, Jose Esteban Andino. As suas contribuições estão refletidas no conteúdo deste texto.

O texto está estruturado em quatro secções, a fim de traçar uma linha comum para encontrar uma resposta e definir uma linha estratégica em relação à ciência aberta e multilingue na Ibero-América.

1. Acesso Aberto, Ciência Aberta e línguas no espaço ibero-americano: oportunidades e desafios em torno da digitalização

O primeiro ponto a ser abordado é o panorama com que as comunidades científicas e académicas se deparam atualmente. Fala-se, hoje, da necessidade de uma mudança de paradigma em termos da valorização da comunidade ibero-americana, da qual fazem parte numerosas e diversas iniciativas, bem como da consolidação e criação de novas iniciativas que surgem em encontros e fóruns, como o que teve lugar em Madrid, nesta conferência.

Uma das tarefas fundamentais a realizar é a implementação das políticas nacional e europeia de acesso aberto, assim como a elaboração da política de ciência aberta. Neste sentido, os resultados das avaliações das políticas de acesso aberto são projetados a partir do conceito de ciência aberta, que é superior, na sua amplitude semântica, porque inclui a ciência cidadã e elementos do *software* livre como parte essencial desta implementação, para além da melhoria dos sistemas de avaliação do mérito científico (FOLEC, 2021). O contexto atual em que a FECYT (Fundação Espanhola para a Ciência e a Tecnologia) se encontra, por exemplo, implica a elaboração de forma otimizada de políticas de ciência aberta, bem como a sua posterior implementação de maneira eficaz. Esta questão é relevante porque o problema público que nos preocupa está estruturado em termos da dificuldade do acesso a conteúdos científicos, que estão sujeitos a licenças com custos cada vez mais elevados e difíceis de serem assumidos por instituições que foram severamente afetadas pelos efeitos da última grande recessão e crise económica (Rico-Castro e Bonora, 2023). É assim que este problema é resolvido pelos governos, pela própria Comissão Europeia e, mais tarde, pelos

« A ciência aberta e a avaliação da atividade científica devem reconhecer a diversidade das formas de produção e de transferência da investigação »

Estados-Membros, tal como aconteceu nos países da América Latina, onde um componente adicional é introduzido na comunicação de resultados científicos, nomeadamente, os repositórios institucionais. Contudo, não abordam diretamente o problema de quais meios utilizamos para a comunicação, ou seja,

as revistas, mas acrescentam um elemento ou processo adicional aos processos de comunicação: o depósito em repositórios institucionais. Este seria o caso dos programas de financiamento da Comissão Europeia, como o Sétimo Programa-Quadro com o Horizonte 2020, que repercutiu na política espanhola através do chamado “Horizonte Europa”, assim como nos países latino-americanos que têm políticas de acesso aberto, como Colômbia, Chile, Argentina e México, ou mesmo naqueles que têm políticas institucionais (embora não nacionais) de acesso aberto, como Brasil, Uruguai e Peru.

Através destas novas configurações que tiveram lugar em todo o espaço ibero-americano, como explicado, o foco foi colocado no processo de comunicação. No entanto, nem as revistas, nem os seus procedimentos foram reformulados. Consequentemente, a implementação destas políticas levou ao aparecimento de problemas adicionais que tornam necessária a elaboração de um conceito superior: Ciência Aberta. É aqui que surgem elementos adicionais, como olhar as revistas como veículos de comunicação de resultados científicos, questionando, ao mesmo tempo, o seu papel hegemónico atual. São temas que estão a ser abordados pela FECYT com o objetivo de assegurar que as políticas públicas repercutam a nível técnico, científico e de cidadania, como a implementação de *software* livre, infraestruturas digitais para ciência aberta e repositórios e a avaliação da qualidade das revistas científicas. Uma das ações mais importantes desenvolvidas pela FECYT é demonstrar que qualidade e indexação não são a mesma coisa quando se trata de revistas científicas. Por outras palavras, qualidade e indexação não são sinónimos e há ampla

evidência acadêmica que mostra que os vieses cognitivos, linguísticos, geográficos e disciplinares estão presentes na tomada de decisão da indexação das revistas científicas. Estes vieses, mais ou menos subtis, beneficiam consideravelmente as grandes bases de dados de referências bibliográficas comerciais, causando, por sua vez, um grave dano às comunidades acadêmicas que defendem a língua espanhola ou castelhana e a língua portuguesa como veículos de comunicação (Dos Santos et al., 2021).

De modo semelhante, a equivalente portuguesa da FECYT, denominada Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que é o organismo público nacional português criado para apoiar a investigação em ciência, tecnologia e inovação em todas as áreas do conhecimento, teve como um dos seus grandes empreendimentos a criação do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), que tem, na sua base de dados, mais de 100.000 documentos disponíveis para *download* gratuito. Além disso, a Universidade do Rio Minho é uma das instituições pioneiras no acesso aberto e na criação, em 2003, de uma política científica de repositório aberto. Em contraponto a esta política pública aberta está o que, para a comunidade científica, não é bem-sucedido: o atual sistema de comunicação e avaliação científica baseado em métricas, ou seja, fatores de impacto. Já não estamos na cultura do *Publish or Perish* (publicar ou perecer), mas numa pior: na do “Publicar em revistas com alto fator de impacto ou perecer”. Isto significa que, em alguns contextos, a publicação não é consequência da investigação, mas sim o contrário, o que afeta a qualidade, bem como resulta na perda da diversidade, em geral, e da diversidade linguística, em particular. Por conseguinte, defende-se o contrário: uma ciência aberta que promova e defenda a diversidade linguística, como o modelo das revistas Diamante, que são de acesso aberto e não cobram por assinatura nem autoria.

Este problema do atual sistema de avaliação científica baseado em métricas e fatores de impacto das publicações coloca os investigadores sob uma dupla pressão. Por um lado, está um mandato das agências de financiamento, que exigem o depósito em arquivo em repositórios institucionais, e,

por outro lado, estão algumas agências de avaliação (tanto no momento da avaliação curricular como no do financiamento) que não dão qualquer incentivo ou reconhecimento pelo cumprimento efetivo dos mandatos de acesso aberto. Esta situação é considerada como a causa principal da falta de sucesso das políticas de acesso aberto, dando origem ao conceito de ciência aberta com vocação sistêmica. O problema é que a gestão do mercado da comunicação científica, baseado em quatro processos (financiamento, execução, comunicação e avaliação), está, basicamente, nas mãos de empresas privadas com interesses comerciais. Por outras palavras, apesar de existirem o financiamento, a avaliação e a execução da investigação a nível público nos nossos países vizinhos com agências públicas, grandes orçamentos públicos atribuídos à I&D, instituições universitárias predominantemente públicas, centros públicos de investigação e agências nacionais de avaliação da qualidade, quando se trata de comunicação, são as empresas privadas as responsáveis por este trabalho, sendo, assim, um mercado altamente privatizado. Ainda, é muito difícil, para uma instituição pública com poucos recursos e poucas ligações com o setor privado, competir com uma grande empresa e vencê-la. Foi assim que, não intencionalmente, conseguiram assegurar que as políticas de acesso aberto beneficiassem substancialmente estas grandes editoras comerciais, obtendo mais rendimentos do que os nossos pequenos orçamentos públicos para a investigação. A conclusão que se pode tirar, depois destes anos, é que as políticas de acesso aberto foram, do ponto de vista técnico, bem elaboradas, mas a sua implementação deu lugar a oportunidades e ao favorecimento dos atores do mercado privado cujo poder se procurava conter. Uma das soluções para reverter esta situação passaria pela formulação de uma política de ciência aberta a nível sistémico que contemplasse não só a comunicação, mas também o financiamento, a execução e, sobretudo, a avaliação, que é o desafio mais importante que enfrentamos atualmente.

Para além do exposto, no caso da América Latina, em particular, existem outras dificuldades acrescidas. É necessário partir do reconhecimento de múltiplos centros e periferias dentro do problema do multilinguismo, uma visão mais focada no utilizador. Há uma grande produção

científica sobre acesso aberto e ciência aberta relacionada com a produção material dos espaços onde a ciência é produzida e materializada em objetos, sejam eles livros, artigos, patentes, *software*, espaços de conservação e difusão destes objetos, mas há uma menor produção de conhecimento relacionada com as diferentes formações ou grupos sociais aos quais esta ciência ou este conhecimento se referem. O caso mexicano é um exemplo que pode ser extrapolado a muitas realidades latino-americanas. Este país é um mosaico multilinguístico, com 68 línguas nativas reconhecidas legalmente, para além do espanhol/castelhano. No entanto, apesar das 69 línguas existentes no país, 99,9,9% da produção científica é feita apenas em espanhol. Por conseguinte, o risco de desaparecimento de todas estas línguas nativas é muito elevado devido, entre outras coisas, à falta de uso cultural, científico e educacional.

Do mesmo modo, quando se fala de métricas e dados macro de um país latino-americano como o México, há o risco de chegar a uma imagem muito distorcida e longe da realidade, uma vez que a grande maioria dos espaços científicos e daqueles que podem aceder aos mesmos está estreitamente ligada a zonas muito específicas do país, como as grandes cidades, bem como a grupos específicos dentro destas grandes cidades, que tendem a ser elites sociais. Tudo isso leva a um enorme fosso interno dentro do próprio país no que diz respeito à acessibilidade, entendida não só em termos técnicos, mas também simbólicos. Se considerarmos o acesso às redes telemáticas, de internet e infraestrutura, a acessibilidade é precária, tendo em conta que, no México, 60% do território nacional carece de ligação à internet, criando uma sociedade dividida e com distribuição de informação e conhecimento desigual (Alcalá, 2019). Para Alcalá (2019), é muito difícil, nestas condições, falar de acessibilidade em termos de responsabilidade pública, problema sofrido por este país ao longo de todo o século XX, ilustrado pela existência de uma das maiores redes de bibliotecas públicas da América Latina, que não levou a maiores ou melhores taxas de alfabetização ou de leitura porque, mais uma vez, esta concentração reside nas grandes cidades, o que provoca, de novo, “centros e periferias”. É nesta periferia onde tradicionalmente têm estado

todas estas comunidades e grupos sociais que deveriam ser uma prioridade em termos de política pública, mas não é este o caso.

Igualmente, esta acessibilidade pode ser pensada em termos simbólicos, ou seja, o conjunto de competências simbólicas com que certos grupos sociais conseguem interagir poderia ser posto em causa pela noção de ciência aberta. É aqui que surge o problema da chamada transferência como um diálogo aberto com a sociedade e os seus problemas. A função substancial e obrigatória de cada professor ou professora universitária é o ensino, a investigação e a difusão. Esta última é, muitas vezes, negligenciada pelo trabalho universitário porque parece que é algo que acontece automaticamente pelo simples facto das duas primeiras funções serem cumpridas. No entanto, abordar a difusão e transferência unicamente em circuitos e redes académicas é ignorar, mais uma vez, a maioria da população, a qual está excluída destes processos de transferência ao não ser considerada como sujeito a ser considerado pela produção científica, e, ao mesmo tempo, não é destinatária destes produtos científicos.

Novos desafios surgem a partir das possíveis conclusões e soluções para o exposto. Um projeto promissor já em curso é o DIAMAS (*Developing Institutional Open Access Publishing Models to Advance Scholarly Communication*), uma iniciativa europeia que reúne 23 organizações europeias de 12 países diferentes com o objetivo de criar normas, diretrizes e práticas comuns para que a publicação institucional tenha acesso aberto em toda a Europa. A espanhola FECYT é integrante deste projeto, que nasceu devido à falta de precisão na elaboração das políticas de acesso aberto de cada Estado-Membro da União Europeia, que entendiam, de um modo geral, que todas as publicações académicas eram feitas por grandes editoras comerciais, sem se aperceberem de que, em alguns países, existiam editoras que publicavam conteúdos sobretudo nas próprias línguas destes países. Por esta razão e na sequência de uma conscientização da Comissão Europeia, propôs-se a promoção da comunicação dos resultados das investigações nas próprias línguas dos Estados-Membros. Além disso, o projeto tem como objetivos incentivar a publicação nas línguas

oficiais, protegê-las e dar-lhes os verdadeiros atributos de qualidade que merecem, independentemente de interesses comerciais, o quais não têm nada a ver com a qualidade dos nossos serviços de publicação, livros, das nossas revistas, e, naturalmente, da legitimidade das nossas línguas como veículo válido de comunicação de resultados científicos.

Em conformidade com este argumento, outra das possíveis chaves para consolidar o multilinguismo, principalmente das línguas espanhola/castelhana e portuguesa na esfera científica, seria a tecnologia ao serviço da comunidade através da inteligência artificial. Num futuro próximo, as inovações tecnológicas permitir-nos-ão escrever artigos científicos, através da tradução automática, em qualquer outra língua ou, pelo menos, nas línguas principais, tais como o português, espanhol, inglês, francês, chinês, russo, etc. Isso está diretamente relacionado com o acesso aberto, pois, quanto maior for o acesso aberto, maior será a possibilidade de que a tradução seja de maior qualidade e mais rápida. É por isso que é importante incorporar ferramentas de tradução automática e saber como utilizar a tecnologia ao nosso serviço. Igualmente, o ideal seria proteger e promover a diversidade cultural e linguística das línguas dos povos indígenas, bem como das outras línguas oficiais de Espanha (galego, basco e catalão) e Portugal (mirandês). Contudo, isso é, por vezes, muito complexo devido à escassez de informação escrita disponível em algumas destas línguas.

«O desafio consiste em encontrar os mecanismos para alcançar uma ciência globalmente interligada que não prejudique o tesouro da diversidade cultural linguística»

Este seria um dos compromissos que deveríamos assumir, ou seja, o comprometimento com a diversidade das contribuições, para além da maior facilidade de acesso à ciência em benefício do cidadão, incluindo diversas produções para as publicações e revistas, independentemente da língua

utilizada. Paralelamente a este primeiro compromisso com a diversidade, a avaliação científica deve ser repensada, tendo em conta a avaliação qualitativa da revisão por pares e o consequente

abandono do uso de métricas, como o fator ou índice de impacto para a avaliação dos investigadores. Em suma, uma ação importante a nível das políticas públicas seria dispor de mecanismos de implementação que promovessem a inovação e que a avaliação fosse feita pelos organismos públicos, uma vez que, muitas vezes, é feita pelos privados que controlam todo o processo. O importante é tratar de três questões: a inovação, a diversidade e as infraestruturas que a tornam possível, no sentido de alcançar um bom sistema de comunicação científica.

É imperioso aproximar o mundo científico da sociedade, uma vez que a distância entre o mundo universitário e científico da cidadania está a aumentar cada vez mais. De um modo geral, uma grande parte da população está totalmente desconetada do mundo da produção científica e não se sente interpelada pelo mesmo. Por conseguinte, precisamos não só de produzir conhecimento, mas também de ser capazes de reconectarmos com a população, envolvendo-a através da relação deste conhecimento com a sua vida e o seu cotidiano. Além disso, a necessária mudança de paradigma tem obviamente a ver não só com o problema de pensar noutras formas de produção, circulação e consumo do conhecimento porque este crescente desinteresse da população em relação à produção de conhecimento científico representa um paradoxo na América Latina, mas também em Espanha, Portugal e na Europa como um todo e, se não for possível chegar à população através de argumentos científicos que se saiba explicar, estes problemas serão explicados a partir de outros locais e através de outros agentes que, assim como acontece no mundo da produção e do controlo da produção, intervirão enviesando estes processos de transferência. Finalmente, no caso da América Latina, em geral, e do México, em particular, onde temos sociedades desiguais e com elevadas taxas de exclusão social, para que seja possível pensar numa verdadeira e abrangente política de ciência aberta, bem como na transferência da ciência, é necessário, primeiramente, lidar com estas desigualdades sociais.

2. Políticas científicas nos cenários ibero-americanos futuros e multilinguismo

Esta secção centra-se na região ibero-americana como um espaço de oportunidade, partindo do princípio de que esta região sofre, claramente, de alguns dos problemas estruturais relacionados com a ciência multilingue, tais como as desigualdades no acesso à ciência e tecnologia e o empobrecimento cultural devido ao uso elevado do inglês como língua franca para a produção e comunicação da ciência em torno de dois eixos claros: a diversidade linguística e acesso ao conhecimento científico. Em relação ao primeiro, na proteção da diversidade, deve-se ter em conta a existência de diferentes circuitos: o circuito científico padrão, no qual o inglês parece ser imposto como a língua franca necessária; bem como outros circuitos, como o ibero-americano, que trabalha com outras línguas, e os locais, que incluem a transferência para a sociedade, onde outras línguas se impõem, há muita atividade e a questão da língua é o menor dos problemas, uma vez que melhorar a capacidade de divulgação e comunicação é a maior necessidade. Por conseguinte, são apresentadas as seguintes propostas de reforma:

- Reforçar as revistas de acesso aberto na Ibero-América
- Promover os repositórios de acesso aberto
- Profissionalizar os canais de divulgação e comunicação
- Trabalhar nos mecanismos de avaliação, valorizando, em especial, as línguas locais

Existem outros problemas graves em relação às políticas científicas e à ciência multilingue:

1. As ciências sociais como campo emergente, mas, ainda, com pouca relevância na produção de ciência em espanhol. Este problema está também associado às dificuldades e limites do acesso à educação em outras línguas indígenas.
2. Os problemas estruturais nos países da região limitam as possibilidades de desenvolvimento científico: a fraca inovação, os obstáculos no estudo das línguas, cujo acesso é desigual devido aos custos económicos associados, e as limitações das políticas científicas em muitos países.

3. A necessidade de avançar na transdisciplinaridade e inovação pedagógica e de respeitar a diversidade em condições de igualdade, criando programas de pós-graduação ou reforço específico na promoção da transdisciplinaridade.

Considera-se também necessário avançar na promoção da ciência plurilingue tendo em conta três elementos: a tecnologia, agenda de investigação e as políticas públicas.

Em relação à tecnologia, considera-se que muitos dos avanços que marcam e definem a produção e divulgação científica são resultados dos desenvolvimentos tecnológicos das últimas décadas. Se podemos falar de ciência aberta ou acesso aberto, isso deve-se precisamente às possibilidades oferecidas pela internet, da mesma forma que a maior produção científica está associada à existência de plataformas tecnológicas de divulgação. Em suma, as mudanças tecnológicas transformaram radicalmente a forma de fazer ciência. Estas mudanças refletem-se na expansão dos sistemas científicos dos países da região, promovendo uma melhor e maior integração da comunidade científica internacional, tendo o inglês como língua franca, mas sem se esquecer do chinês. Ainda, esta expansão é para fora, em termos de uma melhor ligação com a sociedade, e, neste processo, a tecnologia é, mais uma vez, fundamental.

Em segundo lugar, no que diz respeito às agendas de investigação, o problema não é apenas a questão da língua, mas também o domínio da agenda de investigação, que se refere a um problema do sistema científico e à centralidade de um e marginalidade de outros. Por conseguinte, a questão não é a língua de produção ou de divulgação, mas sim o espaço para a produção da própria ciência.

No plano das políticas, o acesso ao conhecimento também indica a diferença entre o conhecimento científico e o conhecimento que não é considerado como tal, ou seja, a ligação com outros conhecimentos, o que também significa mudar os sistemas de avaliação para que possamos avançar para sistemas que avaliem não só a produção individual, mas também a produção coletiva, na qual, nos grupos de investigação, alguns produzam, outros comuniquem e outros divulguem, em suma, grupos diferentes com funções diferentes.

A questão da oportunidade pode também ser representada pelo trabalho regional, tendo em conta que a Ibero-América pode ser entendida como um eixo de avanço para lidar com alguns dos desafios colocados, embora o seu posicionamento global tenha também um impacto na inserção dos seus sistemas científicos a nível internacional.

A centralidade da cooperação regional revela o potencial de investigação, mas também os seus limites, como a falta de investimento em ciência e tecnologia, de modo que é clara a necessidade de cooperação (Belli e Nenoff, 2022). Esta cooperação deve impulsionar o circuito principal de produção e divulgação científica, bem como a oportunidade de incorporar outros circuitos de geração de conhecimento ao sistema. É necessário apoiar a necessidade de boas revistas ibero-americanas, que sirvam para unir comunidades e definir agendas. Em suma, a cooperação regional deve valorizar o que significa contar com uma comunidade com facilidades de comunicação e, portanto, é uma oportunidade que deve ser promovida.

É também essencial que organizações como a OEI coordenem e promovam planos nacionais de ciência e tecnologia, que incluam as universidades e apoiem a promoção de um Plano Regional com componentes linguísticos, entendido não só na sua abordagem mais limitada, mas também como um processo cultural. O espaço regional é particularmente propício à promoção do uso das línguas, incluindo as mais marginalizadas das línguas indígenas, como veículo para o desenvolvimento de culturas e conhecimentos.

O compromisso com a cooperação é justificado por uma lógica proativa e também defensiva. A região partilha raízes, oportunidades e valores comuns, mas falta uma ação conjunta. Assim, é necessário reforçar a diplomacia conjunta, assim como a estratégia dos sistemas científicos da região, que exigem políticas públicas a longo prazo e não apenas a curto prazo ou de natureza urgente (Belli e Baltà, 2019).

Outra importante reflexão nesta secção gira em torno das oportunidades apresentadas pela cooperação euro-latino-americana e, especificamente, presidência espanhola da UE, que fez desta relação uma das prioridades da agenda europeia. A este respeito, a ideia de Espanha como ponte é explorada, assumindo a vantagem da afinidade pessoal e linguística na região ibero-americana. Por outro lado, é importante salientar a importância de incorporar questões específicas da agenda ibero-americana de outras esferas, como a agenda verde e a interdisciplinaridade como eixo de ação fundamental, que poderia assumir a forma de bolsas de estudo, financiamento, apoio à mobilidade e programas multilingues.

Por um lado, é necessário concentrar-se especialmente no facto de que a produção de conhecimento responde a lógicas políticas, económicas e militares e que estas lógicas geram zonas hegemónicas também internamente. A América Latina consome conhecimento, mas não o produz na mesma proporção, razão pela qual as lógicas hegemónicas são reproduzidas e não devem ser ignoradas ou anuladas. Por outro lado, a dimensão regional intrínseca do domínio científico, que, por definição, transcende as fronteiras nacionais, afeta, claramente, a formulação de políticas públicas. Em suma, percebe-se que, devido ao valor do conhecimento, a realidade da ciência está mais próxima da concorrência do que da cooperação. Também são necessários trabalhos conjuntos para grupos de conhecimento científico através de uma cooperação mais próxima, com as capacidades e competências de comunicação da ciência como formas de divulgação e ligação com a sociedade.

Em suma, é necessária a criação de sistemas de qualidade próprios a nível regional, construindo, em conjunto, processos e indicadores que contemplem também outros circuitos de geração de conhecimento. Há a necessidade de conetar os sistemas científicos aos sistemas políticos, sociais e económicos em que são desenvolvidos. Consequentemente, tem-se de abordar a desigualdade e a pobreza estrutural para melhorar os sistemas científicos. Ainda, os desafios enfrentados pelos sistemas científicos latino-americanos, especialmente os relacionados com as suas dificuldades de

acesso equitativo à corrente científica internacional, mas também os limites à transferência da ciência para a sociedade e o reconhecimento e valorização de outros conhecimentos. Além disso, é necessário valorizar o espaço ibero-americano, que precisa ser reforçado e que apresenta assimetrias, mas que constitui, atualmente, uma oportunidade para promover agendas e políticas específicas próprias.

3. Línguas e editoras científicas

Nesta secção, abordamos alguns dos desafios enfrentados pelos atores que promovem políticas de ciência aberta em contextos multilinguísticos. Para tal, partimos de dois contextos ou situações em que a utilização de uma única língua, impulsionada por grupos editoriais privados, predomina. Por um lado, está o contexto científico-académico no qual a produção é dominada por grandes editoras científicas internacionais que publicam em inglês a fim de que estas publicações tenham impacto a nível transnacional e estejam em consonância com as políticas de avaliação da atividade de investigação e divulgação, que seguem critérios semelhantes aos deste mercado. Por outro lado, estão os contextos regionais, como o caso dos países ibero-americanos, em que a língua franca (ou veicular) espanhola e/ou portuguesa tem sustentado certos sistemas de produção e distribuição

«A indústria do livro académico deve ser recuperada como uma forma de aproximar o conhecimento de outros contextos. A comunidade científica é chamada a colaborar e a abrir novos horizontes para ultrapassar os debates que nos preocupam»

editorial e indústrias académicas e culturais que estão ameaçados pelas dinâmicas referidas.

Com base neste duplo contexto, respondemos, principalmente, a duas questões. Em primeiro lugar, que políticas e experiências de ciência aberta e normalização do uso de diferentes línguas foram promovidas como alternativa (e complemento) à produção científica das grandes editoras de divulgação científica e como estas experiências são tidas em conta para a promoção e

carreira dos investigadores. Em segundo lugar, em que medida é possível estabelecer linhas de colaboração entre os atores convocados para promover políticas de ciência aberta em ambientes multilinguísticos com as indústrias de produção e distribuição editorial e académicas e culturais regionais, a fim de combater a dinâmica dos grandes grupos editoriais.

Em relação às políticas e experiências de ciência aberta em contextos multilinguísticos, é importante distinguir duas esferas que estão inter-relacionadas, mas que implicam tipos de atividades diferentes. Por um lado, estão as ações de incidência política promovidas por fóruns e coligações de organismos científicos e centros universitários e de investigação. Na América Latina, por exemplo, o *Fórum Latino-americano de Avaliação Científica* (FOLEC, 2021)³ visa promover um novo modelo de avaliação na região que tenha em conta os diferentes tipos de produção científica e ciência aberta, a fim de articular uma agenda comum em torno da produção, transferência, avaliação e indexação do conhecimento nos diferentes países da América Latina. Do mesmo modo, a *Coalition for Advancing Research Assessment* (CoARA), composta por mais de 350 organizações académicas e científicas de mais de 40 países⁴, foi recentemente criada com o objetivo de reformar os processos de avaliação científica, reconhecendo a diversidade e qualidade – sob critérios de avaliação qualitativa e com o apoio e uso responsável de indicadores quantitativos – e valorizando a colaboração e o compromisso com a sociedade e a transferência de conhecimentos.

Por outro lado, estão a criação e aprovação de quadros normativos destinados a promover políticas de acesso aberto a nível nacional. No contexto da União Europeia, por exemplo, estão a ser aprovadas e implementadas reformas legislativas que desenvolvem quadros normativos que determinam, de forma significativa, a atividade científica de acesso aberto. No caso de Espanha, a

³ <https://www.clacso.org/folec>

⁴ Cujas secretaria interina é de responsabilidade da *Science Europe*, a *European University Association* (EUA) e a Comissão Europeia, <https://coara.eu>.

Lei de Ciência, Tecnologia e Inovação foi recentemente reformada⁵. Estas ações nas esferas pública e científica para a promoção da ciência aberta e de modelos alternativos de avaliação da atividade científica são muito favoráveis ao reconhecimento da diversidade das formas de produção da investigação e da sua transferência. No que diz respeito à publicação, comunicação e divulgação de resultados, é colocada ênfase, por exemplo, na necessidade de comunicar em diferentes línguas e ter em conta os contextos locais e regionais. Por um lado, a ciência deve ser acessível a quem precisa dela e, por outro, se a investigação for realizada em determinados contextos locais, a transferência de resultados deve ser orientada para a língua de uso comum nestes contextos. Em conformidade com isso, a política científica europeia tem o compromisso com uma avaliação mais qualitativa, menos baseada em indicadores quantitativos e, evidentemente, pouco baseada nos indicadores tradicionais associados a um grande conglomerado de grupos editoriais que monopolizam a divulgação científica.

A experiência e atividade diária do pessoal docente e investigador na Ibero-América realça estas questões. É importante chamar a atenção para a lógica produtivista que colonizou o trabalho do ensino e da investigação dos grandes grupos editoriais das revistas académicas e científicas. No entanto, de um ponto de vista otimista e proativo, destaca-se a possibilidade oferecida por outras formas de publicação e divulgação, em particular, os modelos de editoras cooperativas, e a necessidade de introduzir uma dimensão ética na forma como abordamos os desafios. Por exemplo, um olhar para o outro que merece escuta, comunicação, diálogo e compreensão dos contextos locais na produção do conhecimento, a transparência no acesso à informação e a utilização pública e aberta das patentes. Neste sentido, a comunidade científica é chamada para colaborar e abrir novos horizontes, a fim de ultrapassar os debates que são normalmente o foco da nossa atenção.

⁵ [Lei 17/2022 de 5 de Setembro que altera a Lei 14/2011 de 1 de Junho sobre Ciência, Tecnologia e Inovação.](#)

Como esta comunidade está habituada a centralizar a política de divulgação e avaliação da atividade de investigação em revistas científicas, presta, por vezes, pouca atenção a outras formas de produção científica.

Neste sentido, os livros publicados e/ou editados como obras coletivas ou monografias são uma forma privilegiada de produção científica e protagonista da comunicação científica nos domínios das humanidades e das ciências sociais. De acordo com os dados do projeto promovido pelo Grupo de Investigação sobre o Livro Académico ILIA, estas publicações representam entre 50 e 60% da produção científica. No entanto, os livros e capítulos de livros são normalmente deixados de fora das análises e estatísticas a nível nacional sobre o que está a ser feito na ciência e investigação, centradas em artigos publicados em revistas. Paradoxalmente, os países ibero-americanos são grandes potências editoriais e muitos recursos são investidos nos mesmos com o objetivo de manter uma indústria editorial forte. O *Mapeamento da edição académica ibero-americana*⁶ que está a ser desenvolvido pelo CSIC Espanha, em colaboração com a Associação de Editores Universitários da América Latina e das Caraíbas (EULAC) e a UNESCO, visa promover os livros e a transferência na região e, para tal, como primeiro passo, está a fazer um levantamento das editoras que produzem livros académicos na região.

Este mapeamento mostra, claramente, que o espanhol e o português são as duas línguas predominantes, mas que também começaram a surgir publicações noutras línguas de uso comum em diferentes comunidades ou regiões do contexto ibero-americano, em línguas indígenas ou cooficiais, como no caso de Espanha, para as quais está reservado um espaço na produção de livros. Trata-se de uma tendência que existe e que terá de ser mais explorada para que a indústria do livro académico se afirme como uma forma de aproximar o conhecimento a outros contextos. É

⁶ <https://pti-esciencia.csic.es/project/cartografia-de-la-edicion-academica-iberoamericana>

de grande importância para a conexão dos planos político e científico a continuação da investigação do setor editorial, tanto de revistas como de livros, para fornecer informações e indicadores tangíveis, e conhecimento sobre a realidade da edição em cada país. Por vezes, estes setores são compostos por pequenas e médias editoras comerciais, em muitos casos, não universitárias, com projetos editoriais discretos, mas muito relevantes em termos de geração e transferência de conhecimento. Estas modalidades de transferência não terão impacto se forem deixadas nas mãos de selos internacionais com uma menor preocupação por fenómenos sociais específicos dos locais onde a investigação é levada a cabo.

Enfrentamos o desafio de desempenhar uma função social, académica e de divulgação que cumpra com o compromisso de transformar o conhecimento sobre o que realmente está a ser feito e desenvolver linhas de ação política. Uma ação política, assim, destinada a cristalizar regulamentos concretos de políticas científicas capazes de proteger as estruturas editoriais de cada país porque atuam como transmissoras do conhecimento científico.

De uma perspetiva da *economia política da ciência*, a questão-chave é saber por que motivo o monolinguismo científico se impôs e por que razão não há reação a este facto. As estratégias aqui propostas são uma resposta a esta questão, ao problema de por que razão os sistemas científicos dos países ibero-americanos seguem, por imitação e sem uma perspetiva crítica e contextualizada, as recomendações de certas organizações científicas e grandes grupos editoriais. Sem apreciar ou compreender que uma ciência produzida e divulgada exclusivamente em inglês privilegia um valor funcional, o da internacionalização, em detrimento de outro, isto é, o da proteção e promoção da diversidade linguística e cultural.

« *A anglofonização da ciência promove a criação de um fosso linguístico entre as comunidades científicas e o público não anglófono interessado no conhecimento* »

Não se trata de escolher entre duas abordagens, mas de encontrar os mecanismos para alcançar uma ciência globalmente interligada, que não prejudique o tesouro da diversidade cultural linguística, colocando as prioridades económicas ou a eficiência em primeiro lugar, argumentando que a utilização de “uma única língua de comunicação global é uma vantagem e a

chave para a colaboração científica internacional” (Badillo, 2021: 14). Preferir o uso de uma língua homogeneizante, como o inglês, tem consequências sérias para a nossa compreensão da realidade social, do mundo e da ciência, se seguirmos a conhecida hipótese de Sapir-Whorf. *A anglofonização da ciência promove a criação de um fosso linguístico entre as comunidades científicas e o público interessado no conhecimento que não domina o inglês.* A acessibilidade da produção científica em línguas vernáculas é, portanto, um dever implícito nos princípios da ciência aberta que estão a ser implantados.

Em suma, os desafios enfrentados pelos atores que promovem políticas de ciência aberta em contextos multilinguísticos são enormes, mas ainda há tempo para agir. Implementar ações que envolvam as autoridades públicas, em coordenação com as organizações civis e sociais, deve ser o primeiro passo para lançar as bases para a construção de projetos que promovam a ciência multilingue. O objetivo imediato deve ser minimizar os efeitos negativos, que poderão ser irreversíveis, de uma abordagem científica homogeneizadora e economicista, impulsionada por grandes grupos editoriais e algumas instituições científicas representativas com grande influência. É vital agir, dadas as implicações políticas, sociais e económicas do controlo e domínio da ciência e do conhecimento, recursos pilares das nossas sociedades. A chave para enfrentar este desafio é a cooperação interdisciplinar e institucional a nível internacional e a definição de um programa de

trabalho concreto, firme e calendarizado, com medidas mensuráveis. Esta é a estratégia a seguir a fim de obter resultados concretos a curto e médio prazo.

4. Redes científicas, colaborações e línguas

O objetivo desta última seção é apresentar propostas que nos permitam aprofundar a colaboração científica no espaço ibero-americano, sem criar um fosso nos conhecimentos, nas experiências ou línguas envolvidas. Para tal, são colocadas uma série de questões, as quais combinam a necessidade de, primeiro, realizar um diagnóstico e, depois, identificar estratégias que favoreçam a interação e o intercâmbio de conhecimentos. A partir deste ponto, é proposta uma série de perguntas para orientar o debate: quais são os principais obstáculos ao estabelecimento de uma colaboração científica? Que dificuldades os investigadores encontram no seu dia a dia ou ao iniciar estas colaborações? Que desigualdades existem à partida? Como relações igualitárias e baseadas na confiança podem ser estabelecidas? Como uma colaboração sustentável pode ser gerada ao longo do tempo? Que ações são necessárias por parte das instituições públicas?

As colaborações académicas e científicas são fundamentais para o avanço e desenvolvimento da ciência, a sua divulgação e transferência de conhecimentos. No entanto, levar a cabo estas colaborações é um exercício difícil que, paradoxalmente, tem, muitas vezes, um custo elevado para os próprios investigadores. Este é o ponto de partida para a mesa-redonda e são levantadas algumas questões que servirão para orientar o debate e as intervenções dos convidados na sessão.

Entre as primeiras questões a serem levantadas, está a necessidade de fazer um diagnóstico para identificar quais são os obstáculos para a colaboração científica. Este diagnóstico deve ser

acompanhado de outras perguntas sobre a importância de diferenciar a cooperação – também imprescindível – da colaboração, as desigualdades que surgem no dia a dia e os impactos no fosso entre gêneros. Sem dúvida, esta análise inicial deve ser o prelúdio para um conjunto de propostas que orientem o caminho a seguir pelas políticas de ciência aberta, colaborativa e cidadã.

É importante que a produção científica seja enquadrada dentro de uma política de acesso aberto. Só através da divulgação de documentos científicos nas línguas da Ibero-América que será possível conseguir uma presença real. Com base nesta premissa, propõe-se que, a fim de estimular a colaboração, é necessário ganhar visibilidade. Se incentivarmos a produção científica a ser primeiramente realizada em línguas como o espanhol ou o português e, depois, tornada acessível e divulgada, os investigadores e as investigadoras conhecerão melhor os seus pares; saberão o que fazem e no que trabalham. Este será o primeiro passo.

Para o conseguir, é essencial que os países acreditem na ciência aberta e que colaborem uns com os outros. Uma maneira fundamental de o fazer é promover políticas neste sentido, mas também partilhar experiências e transferir conhecimentos na implementação destas políticas. Isso é crucial, pois existe uma grande assimetria entre os países, o que torna imprescindível que os países com mais experiência ajudem e encorajem os com menos experiência nesta área. Desta forma, as políticas de colaboração linguística podem ser promovidas dentro da mesma língua ou entre línguas próximas.

Outro aspeto essencial tem a ver com o posicionamento das nossas línguas. É importante recusar o inglês como a língua franca. Se não colocarmos línguas como o espanhol ou o português no mesmo nível, a posição será sempre de inferioridade, o que impedirá qualquer base real de colaboração científica, uma vez que será sempre colonizada pelo inglês.

Em relação a este ponto, é importante que pensemos, primeiro, na nossa região ibero-americana para, depois, colaborarmos com o resto. Não se trata de vetar qualquer outra língua, mas de estar

consciente de que, no contexto atual, o inglês e as práticas anglo-saxônicas são um obstáculo para a colaboração entre os nossos países. A fim de colocar a Ibero-América em pé de igualdade, as nossas línguas precisam de ser mostradas ao mundo para que, assim, possam ser respeitadas.

O projeto “Science em Kichwa”, por exemplo, expõe uma necessidade que revela as barreiras enfrentadas pelos povos e nacionalidades indígenas para o estudo da ciência – neste caso, da química – nas suas próprias línguas. O pano de fundo deste projeto é que as populações indígenas devem ter acesso real à educação e materiais didáticos nas suas próprias línguas. Por exemplo, línguas como quéchua deveriam ter a mesma validade e peso que outras línguas.

É também necessário promover as ciências exatas em quéchua, para fazer dela uma língua que participe na ciência. Este papel tem implicações no próprio processo de produção científica, uma vez que, em muitas ocasiões, são lançados projetos de investigação nos quais, no entanto, as próprias comunidades não estão envolvidas, nem estão conscientes delas ou beneficiam-se das mesmas. Além disso, os conhecimentos indígenas, como, por exemplo, sobre plantas medicinais, são frequentemente a base de avanços científicos, mas as suas descobertas são publicadas em revistas noutras línguas e de difícil acesso para as pessoas que possuem os conhecimentos.

Isso leva-nos a identificar os obstáculos que estas populações enfrentam e a falta de empenho social e científico em que os mesmos se baseiam, apontando, também, para a falta de apoio institucional, especialmente, se tivermos em conta que estamos a lidar com políticas que requerem tempo para a sua introdução e estabelecimento. Para tal, é necessário criar sistemas de comunicação adequados para que, por um lado, se realize um processo de divulgação da ciência dentro das comunidades e, por outro lado, haja comunicação entre as comunidades indígenas, o mundo da ciência e da indústria.

Este projeto tem tido uma receção ambígua. Isso deve-se a uma certa ambivalência em relação à valorização que se faz dentro do país, Equador, e fora dele. Andino reflete sobre como tem a

impressão de que é mais valorizado e recebe mais interesse no exterior. Uma tendência que requer muito trabalho dentro do próprio país devido à sua importância para as gerações futuras.

São importantes a colaboração em rede e saber que a criação de redes possui um papel fundamental, bem como o desenvolvimento de habilidades de liderança e comunicação e competências sociais, como a empatia. No entanto, foi detetado que, apesar de todos os investigadores estarem conscientes destas necessidades, a presença das mesmas não é tão fácil ou frequente. Isso é devido à falta de formação nestes aspetos, muitas vezes relacionada com problemas de comunicação, como uma falta de compreensão do inglês, que acaba por gerar conflitos dentro dos grupos de investigação. A formação é necessária para que os coordenadores adquiram capacidades de liderança e gestão de recursos humanos e financeiros, uma vez que o lançamento e gestão de um projeto envolve muitos aspetos, formais e informais. Uma rede internacional que é reforçada graças às políticas científicas de acesso aberto que são promovidas e permitem o acesso, a partir desta universidade, aos mesmos dados abertos que em qualquer outro centro de investigação ou universidade da Europa.

Isto é particularmente relevante, pois mostra como a ciência pode ser feita a partir de outras partes do mundo e noutras línguas. Contudo, enquanto não houver políticas específicas para remover obstáculos, a situação não mudará, uma vez que há muitos interesses em jogo, que fazem com que uma língua seja mais valiosa do que outra. Ainda, além destas políticas, é também imprescindível que se pretenda – e que a própria comunidade científica pretenda – uma mudança nas práticas a diferentes níveis.

Relativamente a estas ações, é essencial pensar em projetos vinculados com a sociedade; realmente orientados para as necessidades das comunidades locais. É importante assumir que a ciência tem de responder aos problemas sociais e que, por outro lado, a própria ciência deve

também ser alimentada por outros conhecimentos, tais como os ancestrais, e avaliar como isto afeta a própria ciência na sua dimensão mais hegemónica, produzida a partir de padrões ocidentais.

É importante salientar o impacto do fosso entre os géneros e como o mesmo se reproduz nos grupos e redes científicos. Assim, é essencial dar ênfase à questão do género e tornar visível o trabalho das mulheres e como não estão representadas e deparam-se com barreiras adicionais ao acesso a estas redes.

Discute-se também a utilização dos métodos e critérios de avaliação predominantes no mundo anglo-saxónico que se disseminaram, acabando por distorcer o trabalho científico realizado na região. Reflete-se, ainda, sobre a importância de pensar em indicadores que tenham uma origem democrática e, sobretudo, ter um espírito crítico ao assumir os critérios das revistas do hemisfério norte.

Outro aspeto que emerge é a importância de compreender a ciência como um bem público e não privado ou privativo. Além disso, nesta perspetiva, é essencial avaliar o papel da mulher e como a questão do género pode ser abordada e os fossos podem ser reduzidos e eliminados. Para tal, é necessário pensar em outros mecanismos de produção científica, especialmente para as mulheres com filhos, que não podem ser submetidas aos mesmos critérios que as demais de forma descontextualizada, sem incluir a variável dos cuidados. Embora existam muitos estudos que demonstram esta desigualdade, não têm sido implementadas muitas políticas neste sentido.

Isso leva a uma reflexão geral sobre o sistema e a necessidade de assumir um compromisso forte com as leis da ciência aberta, uma vez que nos deparamos com problemas estruturais, como a falta de pessoal, as más condições e a carência de infraestrutura científica. Se não discutirmos sobre as organizações e não as transformarmos a partir de dentro, será difícil implementar mudanças realmente substanciais. Por enquanto, estamos atrasados, mas é por isso que é essencial olhar

para o futuro com uma visão mais proativa e não tão reativa, que permita que este pequeno grande passo para a frente aconteça.

Conclusões

A partir deste texto e na sequência do debate gerado, é possível identificar algumas questões fundamentais para a promoção da ciência aberta e colaborativa, as quais envolvem colocar o foco de interesse:

- ▶ Na necessidade de uma ciência aberta e cidadã

Isso significa alcançar uma ciência que permita que qualquer pessoa tenha acesso a dados e bases de dados, bem como aos métodos utilizados para a investigação, uma vez que aumentará o nível de transparência e, por conseguinte, a confiança. De forma semelhante, promover a visibilidade das investigadoras e dos investigadores e do seu trabalho, o que estimulará a colaboração entre elas e eles, além de outros aspetos como a acessibilidade e capacidade de reproduzir dados.

- ▶ No incentivo das redes de colaboração académica

A fim de reforçar as redes, é necessário promover a comunicação entre quem investiga e entre as instituições a que pertencem. Neste sentido, é importante que haja incentivos reais – ao invés de barreiras – para a mobilidade, estadias e o trabalho em equipa em projetos conjuntos. Do mesmo modo, estas redes devem ser integradas na sociedade, basear-se em problemas sociais reais e dispor de canais de divulgação e transferência que permitam a transmissão do conhecimento científico.

- ▶ Na urgência de pôr em prática políticas ambiciosas e duradouras

Qualquer bom empenho social ou da investigadora ou do investigador é suscetível de acabar em frustração se não for acompanhado por uma ação pública decisiva pela qual, através de políticas públicas, as instituições se comprometam a promover as políticas de ciência aberta, com fundos, infraestrutura e pessoal. O apoio financeiro é essencial, assim como o compromisso com estas

políticas, que devem ser sustentáveis ao longo do tempo e permitir a articulação de diferentes atores e países. A colaboração entre países e a troca de experiências é um aspecto fundamental.

➤ Na importância de tornar visível a importância das línguas ibero-americanas

O inglês continua a ser a língua predominante na ciência, a tal ponto que as outras línguas têm pouco valor. É imprescindível mudar esta situação e avançar para um cenário mais equilibrado em que línguas como o espanhol e o português tenham um papel muito mais importante na produção e divulgação científica. Isso só pode ser alcançado com políticas científicas empenhadas em valorizar as publicações escritas nestas línguas, dar mais visibilidade aos seus artigos nas bases de dados e nos repositórios abertos e promover a colaboração entre os investigadores que partilham as mesmas línguas ou que falam línguas semelhantes.

➤ E no mandato para eliminar o fosso entre géneros

As desigualdades de género estão presentes em todas as áreas das nossas sociedades, incluindo na ciência, onde é essencial a visibilidade das mesmas e a adoção de políticas que eliminem fossos e barreiras e estimulem sistemas muito mais igualitários. Estas políticas não envolvem apenas a inclusão das mulheres em posições de poder ou o cumprimento de quotas – que também são necessários –, mas também a promoção de políticas que tenham em consideração os fatores estruturais das desigualdades. Estas políticas devem também contar com instrumentos para acompanhar e avaliar o curso das ações desenvolvidas. A eliminação destas desigualdades só é possível se as tornarmos visíveis e mensuráveis.

Referências bibliográficas

Alcalá, M. (2019). Desigualdade no acesso à Internet no México e a afetação no exercício do direito humano à informação. *Revista Nuevo Derecho*, 15(24):55-70.

Badillo, A. (2021). Português e espanhol na ciência: notas para um conhecimento diversificado e acessível. *Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura/Real Instituto Elcano*.

Belli, S., & Balta, J. (2019). Mapeamento de publicações científicas entre a América Latina, as Caraíbas e a União Europeia. *América Latina Hoje*, 82, 7-41.

Belli, S., & Nenoff, J. M. (2022). Cooperação em Ciência e Inovação entre a América Latina e a União Europeia. *Journal of Open Innovation: Technology, Market, and Complexity*, 8(2), 94.

Dos Santos, S. M., Grischa, F., Belli, S., & Mugnaini, R. (2021). A relação entre a linguagem da publicação científica e o seu impacto no campo da saúde pública e colectiva. *Journal of Scientometrics Research*, 10(1), 78-87.

FOLEC, (2021). *Rumo à transformação dos sistemas de avaliação na América Latina e nas Caraíbas*. CLACSO. <https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2021/11/Documento-HERRAMIENTA-2.pdf>

Minniti, S., Santoro, V., & Belli, S. (2018). Mapeamento do desenvolvimento do acesso aberto nos países da América Latina e das Caraíbas. Uma análise da colecção do núcleo científico e índice de citação SciELO (2005-2017). *Scientometrics*, 117(3), 1905-1930.

Rico-Castro, P. e Bonora, L. (2023). *Políticas de Acesso Livre na América Latina, nas Caraíbas e na União Europeia. Avanços para um diálogo político*. Comissão Europeia, Bruxelas.

OEI



C/ Bravo Murillo 38
28015 Madrid, España
Tel.: +34 91 594 43 82
Fax.: +34 91 594 32 86

oei.int

-  Organización de Estados Iberoamericanos
-  Paginaoei
-  @EspacioOEI
-  @Espacio_OEI
-  Organización de Estados Iberoamericanos